

- POWER, Timothy J.; MOCHEL, Marília. Political Recruitment in an Executive-Centric System: Presidents, Governors, and Ministers in Brazil. In: SLAVELIS, Peter; MORGENSTERN, Scott. *Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*. Penn State University Press, 2008.
- RAILE, Eric; PEREIRA, Carlos; POWER, Timothy. The Presidential Toolbox: Generating Support in a Multiparty Presidential Regime. In: APSA, 2006.
- RIKER, William H. *The Theory of Political Coalitions*. New Haven: Yale University Press, 1962.
- SAISI, Katia. Os sentidos da mudança na Campanha Eleitoral 2002. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2004.
- SAMUELS, David. The Gubernatorial Coattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. *The Journal of Politics*, Vol. 62, n. 1, Feb. 2000a.
- _____. Concurrent Elections, Discordant Results: Presidentialism, Federalism, and Governance in Brazil. *Comparative Politics*, Vol. 33, n. 1, Oct. 2000b.
- _____. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, Fabiano. Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão. *Dados*, Vol. 45, n. 2, 2002.
- SCHMITT, Rogério. *Coligações Eleitorais e Sistema Partidário no Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- SHUGART, Matthew. The Electoral Cycle and Institutional Sources of Divided Electoral Government. *The American Political Science Review*, Vol. 89, n. 2, June 1995.
- _____; CAREY, John. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SOUSA, Vivaldo. Eleições Brasileiras 2006: será que o direito de reeleição para governadores e presidente da República e a verticalização afetam as coligações na disputa de cargos proporcionais? In: BRASA, 2006.
- STRAUBHAAR, Joseph; OLSEN, Organ; NUNES, Maria C. The Brazilian case: influencing the voter. In: SKIDMORE, T. (Ed.). *Television, Politics and the Transition to Democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993. p. 118-136.
- TAAGPERA, Rein; SHUGART, Matthew. *Seats and Votes: The Effects and Determinants of Electoral Systems*. Yale: Yale University Press, 1989.
- TSEBELIS, George. *Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- VAZ, Lucio. Governo libera mais R\$ 18,4 mi a aliados. *Folha de São Paulo*. Folha Online, 12/05/2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u19710.shtml>

A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias¹

FÁTIMA ANASTASIA
FELIPE NUNES
JOÃO FRANCISCO MEIRA

INTRODUÇÃO

A configuração da dinâmica política em torno da disputa pela prefeitura de Belo Horizonte, em 2008, reservou aos especialistas questões interessantes sobre como os jogos em múltiplas arenas (Tsebelis, 1990) podem estar relacionados a estratégias de coligações partidárias que ultrapassam os limites geográficos locais. Esses eventos revelaram a necessidade de se analisar o padrão de interação entre partidos no nível subnacional, a partir das preferências formuladas por atores aliados em outra arena: a da disputa eleitoral que se configura no âmbito nacional.

Mas, afinal, de que cenário se está falando? A prefeitura de Belo Horizonte tem sido dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1992, quando Patrus Ananias venceu as eleições com o objetivo de implementar políticas sociais participativas na cidade. Ao todo foram 16 anos de exercício do *modo petista de governar*,² sendo que a última administração do partido, muito bem avaliada pela população, foi conduzida pelo prefeito Fernando

1 Os autores agradecem à leitura atenta, às críticas e às sugestões dos editores deste volume.

2 Embora o projeto político conduzido ao longo desses 16 anos tenha sido arquitetado pelo PT, é preciso informar que durante 5 anos a cidade foi administrada por um prefeito do PSB.

Pimentel.³ À mesma época, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), estava à frente do governo estadual. Eleito em 2002 e reeleito em 2006, o governador tucano pode ser considerado quase unanimidade dentro do Estado de Minas Gerais. Os resultados de pesquisas de opinião são evidências disso. Mesmo após cinco anos de governo, os indicadores mostravam que o seu governo era um dos mais bem avaliados do país.⁴

Nesse contexto de avaliação positiva dos governantes,⁵ os dois líderes políticos vislumbraram a possibilidade de estabelecer uma aliança, no estado, que seria selada na eleição municipal de 2008. Prefeito e governador mantinham, há algum tempo, um “relacionamento administrativo” descrito por ambos como uma “parceria” responsável por um conjunto de ações compartilhadas, particularmente nas áreas de obras e políticas públicas.

Um cenário interessante, portanto, parecia se desenhar: Aécio, um potencial candidato à Presidência da República, visava ampliar seu apoio junto a alguns setores do petismo mineiro; Pimentel poderia contar com o prestígio de Aécio para conduzir, pela primeira vez, o PT ao governo do estado; os postos almejados por ambos não tinham candidatos definidos àquele momento; e, para completar, não havia nenhuma candidatura já consolidada à prefeitura de Belo Horizonte.

Diante desse quadro, os dois partidos, conduzidos por suas principais lideranças, à época, em Minas Gerais, ensaiaram uma coligação eleitoral que foi vetada, em diferentes ocasiões, pelo Diretório Nacional do PT:

1. Em março de 2008, o Diretório decidiu que alianças com adversários políticos em capitais e em municípios com 200.000 eleitores ou mais teriam que ter o aval da cúpula nacional do partido e, sendo assim, vetou a coligação entre PT e PSDB em Belo Horizonte;

3 Fernando Pimentel, do PT, 57 anos, prefeito da Capital concluindo o segundo mandato. Em março de 2007, segundo o Instituto Datafolha, a avaliação do governo de Pimentel chegou a 68% de ótimo e bom entre a população de Belo Horizonte.

4 Aécio Neves Cunha, do PSDB, 48 anos, governador de Minas Gerais. Segundo dados do Datafolha, divulgados pelo jornal *Folha de São Paulo* em 19 de dezembro de 2007, após 5 anos de gestão tucana em Minas Gerais, Aécio Neves recebeu a maior média dentre os governadores dos 10 principais estados em termos econômicos do Brasil: 7,7 numa escala que varia de 0 a 10.

5 Vale assinalar que a popularidade de ambos apresentava, no período, uma tendência ascendente: pesquisa Vox Populi, publicada no jornal *Estado de Minas*, indicava que 86% dos eleitores aprovavam a gestão Aécio e 76% avaliavam positivamente a administração de Pimentel (ref: Estado de Minas, 28/06/2008 p.1).

2. Em maio, o PT nacional aprovou alianças com a oposição em 12 cidades do país e manteve o veto à coligação com o PSDB em BH;
3. Em junho, foi aprovada a aliança com o PSDB em Aracaju, capital de Sergipe, e reiterado o veto à mesma aliança na capital de Minas Gerais.

No final, os petistas compuseram chapa com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e apoiaram a candidatura de Márcio Lacerda na coligação *Aliança por BH* que contava com PT-PSB-PTB-PP-PR-PV-PMN-PSC-PSL-PTN-PTC-PRP. O curioso dessa coligação é que o candidato escolhido para encabeçar a chapa havia sido secretário de desenvolvimento econômico do governo Aécio entre 2007 e 2008 e secretário executivo do Ministério da Integração Nacional do governo Lula, entre 2003 e 2005. Ao fim e ao cabo, o que se viu foi o apoio informal do PSDB à candidatura de Lacerda e a aproximação entre Pimentel e Aécio no cenário político estadual. Se eleitoralmente a aliança parecia viável, se havia sido costurada por duas importantes lideranças políticas de Minas Gerais e já se realizava em outras cidades do país, por que foi vetada em Belo Horizonte?

Por que PT e PSDB se coligam em alguns municípios e estados para disputarem os cargos de prefeito e de governador e não em outros? Por que PSDB e PT nunca se coligaram para disputar eleições presidenciais? Quais são os custos e os riscos envolvidos nessas decisões? Essas são as questões abordadas neste capítulo, que trata dos padrões de interação entre o PT e o PSDB na arena eleitoral, no contexto das eleições majoritárias para cargos executivos (prefeitos, governadores e presidente da República), no período compreendido entre 1998⁶ e 2008.

Seu principal pressuposto é o de que as eleições para cargos executivos, no Brasil, constituem *nested games* (Tsebelis, 1990), nos quais o que ocorre na arena da competição municipal afeta as chances de sucesso eleitoral dos atores (partidos e candidatos) na arena principal do jogo, que é a arena presidencial. Portanto, o argumento geral deste capítulo é de que as estratégias que informam os movimentos de alguns atores relevantes, na arena da competição municipal, são desenhadas, principalmente, com vistas a maximizar as chances de vitória nas eleições presidenciais. O jogo se complica, obvia-

6 Embora o Brasil tenha realizado eleições regulares desde 1989, este texto se concentrará no período supracitado porque não há no TSE dados organizados sobre as coligações eleitorais anteriores a 1998.

mente, dado que nem todos os participantes do jogo elegem a arena presidencial como arena principal, gerando um confronto de recursos, preferências e intensidades de preferências entre atores interessados, muitas vezes, em maximizar ganhos distintos em diferentes arenas.

O que se quer explicar são as variações no comportamento político do PT e do PSDB, no que se refere às suas decisões de cooperarem ou competirem entre si nas diversas arenas eleitorais que configuram as disputas para cargos majoritários no Brasil. Considerando o caráter *aninhado* do jogo eleitoral, supõe-se que tal explicação será encontrada por meio da análise da distribuição das preferências e dos recursos entre os atores em tela e de seus padrões de interação em diferentes contextos institucionais e políticos.

O capítulo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção serão apresentados os dados relativos à participação do PT e do PSDB nas eleições majoritárias ocorridas no Brasil, abrangendo todos os pleitos ocorridos entre 1989 e 2006, para presidente e para governadores, e as eleições de 2000, 2004 e 2008 para prefeitos. A segunda seção analisará essas informações à luz dos modelos analíticos oferecidos por Tsebelis (1990) e Pizzorno (1975), com vistas a explicar as variações observadas no comportamento dos atores, no tempo e no espaço. Na terceira e última seção serão tecidas algumas considerações finais.

1. PT E PSDB: ALIADOS OU ADVERSÁRIOS?

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado em 1980, no contexto da reforma partidária promovida pelo governo militar em 1979, cujo principal objetivo era o de quebrar o caráter plebiscitário conferido às eleições brasileiras, maquiando o partido situacionista – a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – desgastado por consequência de sua identificação com o regime, e dividindo as forças políticas que se abrigavam sob a sigla do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), única agremiação oposicionista até então tolerada pelas elites autoritárias.⁷

Organizado a partir do *novo sindicalismo brasileiro*,⁸ o PT foi a grande surpresa da reforma partidária. Os demais movimentos corresponderam,

7 Sobre o tema ver Alves (1987); Martins e Cruz (1983); Diniz (1985); Meneguello (1989); Santos (1985).

8 O surgimento do partido foi impulsionado, entre outros fatores, pela popularidade do movimento operário ligado à metalurgia do ABC paulista com as grandes (*continua*)

grosso modo, à estratégia traçada pelo General Golbery do Couto Silva, em seu famoso *Plano Mestre*: dividir para reinar. A ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB desintegrou-se, dando origem a vários partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de Ivete Vargas; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; o Partido Popular (PP), de Tancredo Neves; e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que reunia aqueles que buscavam resistir às forças de dispersão postas em marcha com a reforma do bipartidarismo.

Já o PSDB nasceu de uma cisão do PMDB, ocorrida em 1988,⁹ com o intuito de reunir sob sua legenda os chamados *autênticos* ou *progressistas* do PMDB, cujas principais motivações para a dissensão encontravam-se 1) no posicionamento do grupo majoritário peemedebista, o chamado Centrão, no processo constituinte e 2) nas orientações imprimidas ao governo pelo presidente Sarney (PMDB). Como o PT, o PSDB também contava com base predominantemente paulista.

Antigos aliados nas lutas contra o regime autoritário-militar, pelo Estado de Direito, pelas liberdades democráticas, pela anistia ampla, geral e irrestrita, pelos direitos dos trabalhadores, contra o arrocho salarial, pelas eleições diretas para presidente da República, entre tantas outras bandeiras, os fundadores do PT e do PSDB foram, aos poucos, se distanciando, se não programaticamente, sem dúvida politicamente, e já em 1989 compareceram à eleição presidencial com candidatos distintos: Lula, pelo PT, e Mário Covas, pelo PSDB. Desde então, as trajetórias dos dois partidos se aproximaram e se distanciaram, em diferentes tempos e lugares. Unidos, muitas vezes, em coligações eleitorais no plano subnacional, têm preferido outros parceiros quando a disputa se dá no âmbito nacional. Por quê?

1.1 Aliados ou adversários? As eleições presidenciais

PT e PSDB foram os principais adversários em quatro das cinco eleições presidenciais realizadas na nova ordem constitucional brasileira, pós-

(*continuação*) greves de 1978 a 1980, pelo retorno de diversos militantes de esquerda do exílio, com a Anistia, em 1979, e pela ascensão do movimento de base da Igreja Católica, inspirado na Teologia da Libertação.

9 O PSDB foi criado em 25 de junho de 1988. Seu manifesto de criação foi assinado por 40 deputados e por 8 senadores (Fonte: www.psdb.org.br, consulta feita em 01.08.2009).

1988. A única exceção foi o pleito de 1989, primeira eleição direta para presidente desde 1960, que ocorreu em contexto de recente reestruturação do sistema partidário brasileiro e contou com vinte e duas candidaturas à Presidência. Como nenhum candidato obteve a maioria absoluta dos votos válidos, a eleição foi realizada em dois turnos, conforme previa a nova lei eleitoral. O primeiro turno foi realizado em 15 de novembro de 1989 e o segundo em 17 de dezembro do mesmo ano. Foram para o segundo turno os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (16% dos votos válidos no primeiro turno), do Partido dos Trabalhadores, e Fernando Collor de Mello (29% dos votos válidos no primeiro turno), do hoje extinto Partido da Reconstrução Nacional. Mario Covas, candidato do PSDB, que ficou em quarto lugar no primeiro turno, apoiou, no segundo turno, o candidato petista, na única manifestação que aproximou os dois partidos em um pleito presidencial.

O mandato conquistado por Collor foi concluído por Itamar Franco (PMDB), seu vice-presidente, já que o Congresso Nacional optou por impedi-lo de continuar no exercício do cargo presidencial após terem sido denunciados escândalos de corrupção envolvendo a família, os aliados e o próprio presidente.¹⁰ O protagonismo do PT nesse processo fortaleceu as pretensões de Lula de reapresentar sua candidatura em 1994. Concomitantemente, crescia no cenário político a figura de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ministro da Economia de Itamar e responsável pelo Plano Real, estratégia que equacionou a persistente e elevada inflação brasileira, principal problema da agenda econômica do país desde o início da década de 1980.¹¹ O sucesso do Plano Real alavancou a candidatura de FHC, um dos fundadores do PSDB, que se lançou à disputa com o apoio do então presidente Itamar Franco.

Pode-se afirmar ser esse um momento político crucial da história brasileira para a compreensão das trajetórias empreendidas pelos dois partidos aqui estudados nos anos subsequentes. A popularidade do Plano Real e de seu

10 Vale ressaltar que o processo de *impeachment* de Collor, que parecia levar o país a mais uma ruptura institucional, é considerado hoje fundamental para a manutenção do regime democrático no país. Em 29 de setembro de 1992 o Brasil assistiu à deposição do primeiro presidente eleito após um longo período de autoritarismo. As denúncias que motivaram a deposição de Collor se referiam ao tráfico de influências envolvendo Paulo César (PC) Farias, o tesoureiro da campanha de Collor.

11 Sobre o tema ver Economia Brasileira Contemporânea de Giambiagi (2005).

criador, FHC, associada ao sucesso eleitoral de Lula, em 1989, foram os fatores que incentivaram as duas agremiações – PSDB e PT – a apresentarem candidaturas próprias à eleição presidencial de 1994. Ademais, a lógica da disputa presidencial, que envolve um sistema majoritário com produção de resultados de soma zero, alimentou a polarização política entre as duas legendas e resultou no alinhamento do PSDB com partidos situados à direita do espectro ideológico, como o PFL e o PTB; e na aliança do PT com partidos de esquerda como PSB, PCdoB e PSTU.

Quadro 1. Coligações, votos e candidatos a presidente, Brasil, 1989-2006

Ano	Candidato	Partido	Coligação	1º Turno (n / %)		2º Turno (n / %)	
1989	Collor	PRN	PSC - PTR - PST	22.611.011	28,5	35.089.998	49,94
	Lula	PT	PSB - PCdoB	11.622.673	16,1	31.076.364	44,23
	Leonel Brizola	PDT	-	11.168.228	15,5	-	-
	Mário Covas	PSDB	-	7.790.392	10,8	-	-
	Paulo Maluf	PDS	-	5.986.575	8,3	-	-
	Outros	-	-	15.102.030	20,9	-	-
1994	FHC	PSDB	PFL - PTB	34.350.217	54,3	-	-
	Lula	PT	PSB-PCdoB-PPS-PV-PSTU	17.112.255	27,0	-	-
	Outros	-	-	11823161	18,7	-	-
1998	FHC	PSDB	PFL-PPB-PTB-PSD	35.922.692	53,1	-	-
	Lula	PT	PDT-PSB-PCdoB	21.470.333	31,7	-	-
	Ciro Gomes	PPS	-	7.424.783	11,0	-	-
	Outros	-	-	2883751	4,2	-	-
2002	Lula	PT	PCB-PL-PMN-PCdoB	39.436.099	46,4	52.772.475	61,3
	José Serra	PSDB	PMDB	19.694.843	23,2	33.356.860	38,7
	Garotinho	PSB	PGT-PTC	15.176.204	17,9	-	-
	Ciro Gomes	PPS	PDT-PTB	10.166.324	12,0	-	-
	Outros	-	-	440545	0,5	-	-
2006	Lula	PT	PRB-PCdoB	46.646.814	48,6	58.277.094	60,8
	Geraldo Alckimin	PSDB	PFL	39.950.856	41,6	37.522.266	39,2
	Heloísa Helena	PSOL	PSTU-PCB	6.572.099	6,8	-	-
	Cristóvão Buarque	PDT	-	2.537.022	2,6	-	-
	Outros	-	-	250.865	0,3	-	-

Fonte: TSE, 2009.

Definidas as duas principais candidaturas, a coligação eleitoral em torno de Fernando Henrique obteve 54,3% dos votos válidos e venceu a eleição no primeiro turno. A disputa entre FHC e Lula, em 1994, lançou luzes sobre as diferenças programáticas existentes entre os dois partidos, deixando nas sombras os pontos de convergência entre eles. No governo, o PSDB, juntamente com seus aliados, conduziu uma agenda de privatizações e reformas estatais que contribuiu para ampliar a distância que o separava do PT.

A aprovação, em 04 de junho de 1997, da Emenda Constitucional número 16, que dispõe sobre a reeleição do presidente, governadores e prefeitos, definiu um novo contexto institucional para a competição eleitoral no Brasil e redistribuiu preferências e recursos entre os atores. Sua imediata entrada em vigor, já regulamentando o pleito de 1998, ampliou enormemente as chances de vitória do PSDB e gerou grande descontentamento nas hostes oposicionistas, configurando claramente uma mudança de regras ocorrida durante o jogo e beneficiando os atores que já ocupavam os principais postos de poder político do país.

Fernando Henrique Cardoso lançou-se candidato à reeleição e utilizou sua coalizão governativa como fonte para a coligação eleitoral encabeçada por ele e vencedora das eleições no primeiro turno daquele ano (Santana, Paiva, e Lima, 2009). A exemplo do pleito de 1994, a chapa tucana foi integrada por partidos da direita: PFL, PTB, PPB e PSD. O grupo adversário, liderado pelo PT, também mantinha sua estrutura de coligação à esquerda e contava com os seguintes aliados: PDT, PSB e PCdoB.

Interessante notar que o PMDB, um dos maiores partidos no Congresso Nacional e nos municípios brasileiros não apresentou, à diferença de 1989 e de 1994, candidato à Presidência em 1998, inaugurando uma estratégia política que viria a se repetir nos pleitos de 2002 e de 2006. Vale, ainda, mencionar que, após 1994, apenas em 2002 o PMDB participou formalmente de uma coligação eleitoral presidencial, quando Rita Camata (PMDB) concorreu como candidata à vice na chapa encabeçada por José Serra (PSDB).

Com um segundo mandato mais conturbado e marcado por crises internacionais, FHC enfrentou maiores dificuldades para sustentar sua coalizão governativa em torno de sua agenda política (Inácio, 2006). Contribuiu para tanto o fato de que a vaga para presidente em 2002 teria que ser disputada por um candidato novo do governo, já que o instituto da reeleição previa apenas uma recondução ao cargo. Como mostraram Shugart e Carey (1992), o apoio ao presidente tende a ser minimizado com o final de seu mandato. O

instituto da reeleição prorrogou um pouco a atração de FHC, mas com a aproximação do final de seu segundo governo, os aliados tenderam a buscar a configuração de novas alianças.

Analisando retrospectivamente, é interessante notar que os governos FHC I e II definiram o tipo de política de coalizão que seria praticada no país, verificando-se que, embora o sistema político brasileiro tenha como uma de suas marcas o multipartidarismo, sua operação efetiva pode se dar pela organização de dois grupos: o governo e a oposição (Inácio, 2006). No caso do período aqui analisado, fica evidente que os grupos, além de se definirem por suas posições no eixo governo e oposição, também se distinguem por conta da distribuição de suas preferências em um plano ideológico unidimensional. Ou seja, ao analisar as alianças eleitorais e governativas estabelecidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso é possível definir que o bloco governista, liderado pelo PSDB, era constituído por forças de centro-direita. Já o bloco oposicionista, liderado pelo PT, era constituído por partidos situados à esquerda do espectro ideológico.

As duas eleições subsequentes revelariam a manutenção da disputa entre PT e PSDB para o cargo de presidente da República. Em 2002, o candidato do governo, José Serra, não conseguiu reproduzir as coligações de sucesso que seu correligionário estabelecera. PTB e PFL, aliados durante o período FHC, decidiram apoiar outros candidatos. No caso do PFL, a opção foi lançar a candidatura da governadora do Maranhão, Roseana Sarney. Os números de pesquisa de opinião mostravam Roseana como a única candidata capaz de vencer Lula num eventual segundo turno.¹² A estratégia foi inviabilizada depois que escândalos de corrupção e lavagem de dinheiro foram ligados ao nome de Roseana.¹³ Sem uma opção própria, o PFL preferiu não disputar as eleições majoritárias daquele ano nem apoiar nenhum candidato formalmente. O PTB, por sua vez, optou por apoiar o candidato Ciro Gomes, do PPS. Governador do Ceará e muito bem posicionado nas pesquisas de opinião,

12 Em fevereiro de 2002 o DataFolha mostrava que Roseana tinha 46% das intenções de voto enquanto Lula apenas 40%, caso eles chegassem ao segundo turno. Sua popularidade junto à população chegou a 25% no mesmo período, algo extraordinário para uma candidatura que estava se forjando naquele momento.

13 O episódio aqui referido foi denominado de operação Lanus. A operação da Polícia Federal encontrou cerca de 1 milhão e meio de reais na sede da empresa que Roseana Sarney e seu marido controlavam. Sem explicações para a origem e possível destino do dinheiro, a popularidade de Roseana foi caindo e sua viabilidade eleitoral extinta.

Ciro era mais benquisto como candidato do que o tucano Serra. Sem a base de sustentação que logrou sucesso nos últimos oito anos, Serra só conseguiu estabelecer aliança com parte do PMDB. Vice na chapa de Serra, a deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) não era nome de consenso dentro de seu partido. Alas lideradas, por exemplo, por José Sarney (PMDB-AP) e Renan Calheiros (PMDB-AL) não apoiaram a candidatura de Serra, o que fragilizou a campanha do tucano.

Do outro lado, Lula conseguiu manter parte das alianças que o sustentaram nas últimas duas eleições eleitorais e ampliar seu apoio na direção que mais ameaçava sua viabilidade eleitoral: os empresários brasileiros. A desconfiança em torno da agenda econômica que seria conduzida por Lula só foi minorada com a entrada do senador e empresário mineiro José Alencar (PL-MG) na chapa petista.¹⁴ Pela primeira vez o PT optava por alianças com partidos programaticamente distantes. A homogeneidade ideológica que se observava nas coligações em torno de Lula em 1994 e 1998 foi rompida em 2002 e, provavelmente, esse movimento foi fundamental para o resultado eleitoral de outubro daquele ano.

Principais adversários eleitorais em 1994 e 1998, PT e PSDB travaram outra batalha acirrada em 2002. Seus candidatos se tornaram as principais referências eleitorais daquele ano e disputaram, pela primeira vez no plano nacional, um segundo turno. Se a distância forjada entre PT e PSDB já era evidente nos dois pleitos anteriores, ela se aprofundou por consequência da competição travada no segundo turno (Shugart e Carey, 1992) e fez com que PT e PSDB passassem a ocupar, cada vez mais evidentemente, polos opostos nas disputas eleitorais.

No segundo turno de 2002 o PT conseguiu ampliar consideravelmente suas alianças eleitorais incorporando o PSB, o PDT e o PTB à sua coligação e dividindo o PPS e o PMDB na disputa. O candidato Ciro Gomes, que disputou a eleição pelo PPS, apoiou Lula no segundo turno, embora o PPS tenha optado por Serra. O mesmo aconteceu com o PMDB que participou da coligação liderada pelo PSDB, no primeiro turno, mas que dividiu seus apoios entre Lula e Serra, no segundo. Com essa ampliação de apoios eleitorais, Lula venceu a disputa presidencial em 2002 e se tornou o primeiro pre-

14 Aqui vale a referência à famosa “Carta ao povo brasileiro” que foi redigida por Lula com o compromisso de manter uma política fiscal e monetária que garantisse a liberdade de mercado, o controle da inflação e os ajustes no plano macroeconômico.

sidente de esquerda a comandar o país. Como muitos trabalhos já mostraram, as alianças eleitorais feitas por Lula não só foram definidoras do resultado nas urnas, como também foram decisivas para o tipo de coalizão governativa que ele comporia a partir de então.¹⁵ Vale, ainda, ressaltar, que a eleição, posse, e exercício do poder político por Lula e pelo PT são evidências claras de aprimoramento da ordem política brasileira, respeitosa, desde o primeiro pleito (1989) do preceito democrático de que *os perdedores obedecem* (Przeworski, 1994) e, a partir de 2002, confirmando que a obediência às regras e aos seus resultados ocorre, sem maiores sobressaltos, também quando se trata de alternância ideológica de poder (Somarriba, 2005).

As eleições de 2006 contribuíram para cristalizar a disputa presidencial em torno dos dois partidos. Favorecido, dessa vez, pelo instituto da reeleição, o PT de Lula enfrentaria o PSDB, que concorreu tendo como candidato o então governador de São Paulo, Geraldo Alckimin. O pleito daquele ano foi marcado por discussões em torno dos escândalos de corrupção do “mensalão” e do “sanguessugas” que envolveram os principais membros do PT no primeiro governo Lula.¹⁶ Navegando nas águas do desgaste político sofrido pelo PT em 2005, os tucanos conseguiram levar novamente a disputa para o segundo turno. A exemplo do que aconteceu em 1998, o PMDB se absteve da disputa eleitoral majoritária e procurou ampliar sua participação no Congresso Nacional. O PT, tendo perdido o apoio de grande parte das legendas que lhe deram sustentação no Legislativo, concorreu aliado ao PRB (ex-PL de José Alencar) e ao PCdoB e venceu as eleições no segundo turno, deixando o PSDB, mais uma vez, como o seu principal adversário político.

1.2 Aliados ou adversários? As eleições para governadores

Quando examinadas as eleições para governadores, podem ser constatados padrões diferenciados de alianças relativamente aos observados nos pleitos presidenciais. Para reconstituí-los, construiu-se o quadro abaixo a partir das informações cedidas pelo TSE sobre coligações partidárias. Os estados da federação foram classificados para indicar se PT e PSDB (1) se coligaram na eleição estadual, (2) competiram pela cadeira de governador ou (3) não foram

15 Melo e Anastasia (2004), Inácio (2006), Amorim Neto (2007), Figueiredo e Limongi (1999), Nunes e Silame (2006).

16 Sobre o tema ver Rennó (2007 e 2008) e Castro e Nunes (2009).

nem adversários nem aliados na eleição majoritária do estado. Embora na maioria dos estados nas três eleições analisadas PT e PSDB estejam posicionados em lados opostos na disputa para o governo do estado, chama atenção a ocorrência de duas coligações entre eles, em 1998, e de doze disputas em que eles não estiveram em posições antagônicas.

As coligações de 1998 ocorreram no Piauí e no Acre. No caso da eleição no Acre, a coligação era liderada pelo PT e contava com a adesão de 12 dos 16 partidos que participaram da disputa. No Piauí aconteceu o oposto: o PSDB liderou a coligação que só contou com o apoio do PT, do PSB e do PSC.

Quadro 2. Padrões de interação entre PT e PSDB nas eleições para governador, 1998-2006

	1998	2002	2006
PT e PSDB coligados	AC e PI	-	-
PT e PSDB adversários	AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO	AC, AP, BA, CE, DF, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP e TO	AC, AL, AP, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, RO, RR, RS, SC, SE, SP e TO
PT e PSDB não competem nem cooperam	PR	AL, AM, ES, MA, RO, RR	AM, BA, ES, PR, RN

Fonte: TSE, 2009.

No Acre, o candidato a governador pela coligação que abrigava PT e PSDB, Jorge Viana, venceu a disputa no primeiro turno. Contudo, a coligação que logrou sucesso em 1998 não foi reeditada em 2002. Diferentes fatores, de ordem institucional e política, contribuíram para tal fato. No que tange às regras do jogo, a verticalização das coligações eleitorais, imposta em 2002 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou que as coligações estaduais deveriam seguir aquelas celebradas para a eleição presidencial. No que se refere à dinâmica política, a disputa presidencial de 2002 foi muito mais acirrada do que a de 1998, o que por si só seria suficiente para dificultar a celebração de alianças entre PT e PSDB no plano estadual.

O distanciamento entre PT e PSDB, ocorrido a partir de 2002, teve consequências sobre o volume de alianças municipais ao longo do tempo. Se o efeito Jorge Viana provocou um “tsunami” aliancionista entre PT e PSDB no pleito municipal de 2000, quando os dois partidos se coligaram em 16 dos 19 municípios do estado, e venceram as eleições para prefeito em 08 deles,

inclusive na capital, Rio Branco, nas eleições subsequentes o número de coligações entre os dois partidos caiu vertiginosamente e o número de vitórias também. Em 2004, PT e PSDB concorreram coligados às eleições para prefeito em apenas quatro municípios e venceram em apenas um. Em 2008 só houve uma coligação, em Tarauacá, e mesmo assim não vitoriosa.

Em 2006, o instituto da “verticalização” certamente contribuiu para reforçar tendência já verificada em 2002, de inexistência de padrões cooperativos entre PT e PSDB no plano estadual. Fortalece esse argumento o fato de que, comparativamente, 2006 é o ano em que há o maior número de estados onde ambos são adversários.

Interessa, aqui, assinalar a reiteração de um padrão competitivo entre os dois partidos, ao longo do tempo, na maioria dos estados brasileiros, no âmbito das eleições para governadores, replicando as interações já apontadas no contexto do pleito presidencial. No entanto, o exame do comportamento eleitoral do PT e do PSDB, no plano municipal, permite verificar, diferentemente do observado nos outros dois níveis, que PT e PSDB têm um padrão consistente e crescente de associação entre 2000 e 2008, sobretudo nos pequenos municípios.

1.3 Aliados ou adversários? As eleições para prefeitos

Nas cidades com menos de 200.000 eleitores, o número de coligações entre PT e PSDB, para a disputa de eleições para prefeito, no período compreendido entre 2000 e 2008, aumentou de 8,2% para 19,1%. Por contraste, nas cidades de maior porte, manteve-se pequeno, no mesmo período, o número de alianças celebradas entre os dois partidos no plano municipal: 02 (3,2%), em 2000; 03 (4,4%) em 2004 e 04 (5,3%) em 2008.

Quadro 3. Coligações PT e PSDB para as eleições majoritárias municipais, 2000-2008

Ano	Número de Municípios*	Municípios 200 mil eleitores ou mais	PT e PSDB coligados (vitoriosos)	Municípios até 200 mil eleitores	PT e PSDB coligados (vitoriosos)	% de coligação entre PT e PSDB em municípios com até 200 mil
2000	5.559	57	2 (1)	5.502	452 (244)	8,2
2004	5.562	68	3 (1)	5.494	904 (491)	16,3
2008	5.563	76	4 (3)	5.487	1061 (681)	19,1

Fonte: TSE, 2009.

O exame das interações entre os dois partidos no âmbito dos pequenos municípios permite constatar o crescimento significativo de alianças exitosas no período:

- 1) em 2000, a coligação foi vitoriosa em 244 (53,9%) das 452 cidades em que PT e PSDB estiveram juntos;
- 2) em 2004, o sucesso eleitoral da aliança entre PT-PSDB foi observado em 491 (54,3%) das 904 cidades em que PT e PSDB estiveram coligados;
- 3) em 2008, das 1061 cidades em que ambos os partidos se uniram, a coligação foi vitoriosa em 681 (64,2%) delas.

Deve-se, no entanto, destacar, que a frequência de coligações entre os dois partidos, bem como de êxito eleitoral das mesmas, diminui com o aumento do tamanho e da centralidade política das cidades brasileiras.

Em que pese o grande número de municípios brasileiros, é bastante reduzido o percentual daqueles que contam com 200.000 eleitores ou mais: 1,1% em 2000 e 1,2%, em 2004 e 1,4% em 2008. Ademais, vale ressaltar que, de acordo com a legislação eleitoral brasileira, a competição eleitoral para prefeito nesses municípios será realizada em dois turnos sempre que nenhum dos candidatos em competição obtiver a maioria absoluta dos votos válidos no primeiro turno. Tais características apontam para a importância política dessas cidades que costumam, além disso, concentrar parte significativa dos recursos sociais, culturais e econômicos do país.

As coligações entre PT e PSDB em tais municípios ocorreram em:

- 1) Uberaba (MG) e Campina Grande (PB), em 2000. O candidato a prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima (PMDB), venceu a eleição, no primeiro turno, com a adesão formal do PT e do PSDB à sua coligação;
- 2) Anápolis (GO), Belford Roxo e Nova Iguaçu (RJ), em 2004. O candidato a prefeito de Nova Iguaçu, Lindbergh Faria (PT), derrotou, no segundo turno, o candidato do PMDB, contando com o apoio formal do PSDB. Em Anápolis a disputa também foi resolvida no segundo turno, entre os candidatos do PT e do PSB, com a vitória desse último;
- 3) Serra (ES), São João de Meriti (RJ), Aracaju (SE) e São Vicente (SP), em 2008.¹⁷ O candidato a prefeito de Serra, Antonio Vidigal (PDT), foi vitorioso com o apoio formal do PT e do PSDB. O candidato a prefei-

to de Aracaju, capital do Sergipe, Edvaldo Filho (PCdoB) venceu a eleição coligado com o PT e com o PSDB. E o candidato a prefeito de São Vicente, Tercio Garcia Junior (PSB), conquistou a vaga com o apoio do PT e do PSDB (Fonte: TSE, 2009).

Quadro 4. PT e PSDB nas capitais brasileiras, 2000-2008

	2000	2004	2008
Aracaju (SE)			PT + PSDB
Belém (PA)	PT x PSDB		
Belo Horizonte (MG)			NAC
Boa Vista (RR)			NAC
Campo Grande (MS)			
Cuiabá (MT)			
Curitiba (PR)	PT x PSDB	PT x PSDB	PT x PSDB
Florianópolis (SC)		PT x PSDB	
Fortaleza (CE)	NAC	PT x PSDB	
Goiânia (GO)	PT x PSDB		NAC
João Pessoa (PB)		PT x PSDB	
Macapá (AP)			
Maceió (AL)		NAC	PT x PSDB
Manaus (AM)			
Natal (RN)		PT x PSDB	
Palmas (TO)	NAC		
Porto Alegre (RS)	PT x PSDB		PT x PSDB
Porto Velho (RO)		PT x PSDB	PT x PSDB
Recife (PE)			
Rio Branco (AC)	PT + PSDB		PT x PSDB
Rio de Janeiro (RJ)	PT x PSDB		
Salvador (BA)	PT x PSDB		
São Luís (MA)	PT x PSDB	PT x PSDB	
São Paulo (SP)	PT x PSDB	PT x PSDB	PT x PSDB
Teresina (PI)	PT x PSDB	PT x PSDB	NAC
Vitória (ES)	PT x PSDB	PT x PSDB	

Fonte: TSE, 2009. *NAC: Não são de alianças competidoras.

17 Em nenhuma dessas quatro cidades ocorreu segundo turno nas eleições de 2008.

Fechando o foco da análise nas capitais brasileiras, pode-se verificar que, no período em tela (2000-2008), o padrão recorrente foi o da competição entre PT e PSDB, reproduzindo a dinâmica de interações observada nos planos nacional e estadual. Em apenas duas capitais esses partidos se coligaram e em ambos os casos a aliança foi vitoriosa: Rio Branco (Acre), em 2000, que à época¹⁸ ainda não contava com 200.000 eleitores e, como mencionado acima, Aracaju, em Sergipe, em 2008, com 356.796 eleitores.¹⁹

São Paulo (SP) e Curitiba (PR) têm sido os palcos da disputa mais acirrada entre PT e PSDB: nessas capitais, os dois partidos competiram nos três pleitos em tela (2000, 2004 e 2008).

O que mais chama atenção nesse quadro de disputas é que, tomando-se a eleição de Belo Horizonte em 2008 como exemplo, o relacionamento entre importantes líderes mineiros do PT e PSDB era visto com bons olhos pelo eleitorado de maneira geral, particularmente pelos eleitores simpatizantes dos dois partidos, como mostra a Tabela 1, abaixo, extraída de uma pesquisa realizada pela Vox Populi em junho de 2008.

Tabela 1. Preferência partidária e aprovação da aliança entre PT e PSDB em Belo Horizonte, 2008

	PT	PSDB	PMDB	Outros	Sem-partido
Aprova a aliança	80,6	90,2	77,8	83,3	74,2
Desaprova a aliança	12,0	7,3	14,3	13,3	9,3
NS/NR	7,4	2,4	7,9	3,3	16,5
Total	100 (217)	100 (82)	100 (63)	100 (60)	100 (582)

Fonte: Vox Populi / Estado de Minas, 23/06/08.

A perspectiva de uma aliança formal entre os dois partidos, que contava com o apoio dos diretórios estadual e municipal do PT, foi, no entanto, bloqueada pelo veto da Executiva nacional do partido. Nessa decisão pesou o posicionamento da liderança nacional petista que, estrategicamente orienta-

18 Em 2008, Rio Branco (AC) já contava com 301.398 habitantes (Fonte: IBGE/2008) e com 201.692 eleitores (Fonte: TSE, 2008).

19 Em 2008, duas capitais brasileiras ainda não possuíam 200.000 eleitores ou mais: Boa Vista (Roraima), com 159.075 eleitores, e Palmas (Tocantins), com 127.106 eleitores (Fonte: TSE, 2008).

da pelo jogo da disputa presidencial de 2010, buscou manter o *status quo* de polarização com o PSDB nas principais cidades do país.

Tabela 2. Preferência partidária e opinião do eleitorado sobre a decisão do diretório nacional do PT de vetar a aliança com o PSDB em Belo Horizonte

	PT	PSDB	PMDB	Outros	Sem-partido
Decisão certa	31,8	12,7	22,7	19,0	26,8
Decisão errada	56,8	80,0	61,4	62,1	47,4
NS/NR	11,5	7,3	15,9	19,0	25,8
Total	100 (296)	100 (110)	100 (44)	100 (58)	100 (542)

Fonte: Vox Populi, junho de 2008

A decisão, no entanto, não foi recebida positivamente pelo eleitorado da capital mineira. Uma pesquisa Vox Populi realizada em junho constatou que a proporção de eleitores que consideravam a medida como “errada” era bastante superior à proporção daqueles que apoiavam o veto (Tabela 2). Mesmo no eleitorado do PT, a maioria posicionou-se contrária ao veto.

2. OS JOGOS ANINHADOS DAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS

O que têm em comum Anhanguera (966 habitantes – GO) e São Paulo (10.886.518 habitantes – SP)? E Flor do Sertão (1.640 habitantes – SC) e Rio de Janeiro (6.092.472 habitantes – RJ)?²⁰ Em que pesem as enormes diferenças na natureza e nas magnitudes dos recursos e dos problemas que frequentam essas cidades, no que se refere à estrutura administrativa cada uma delas é um município, governado por um prefeito e por uma Câmara Municipal, regido pelas mesmas leis eleitorais, à exceção do dispositivo referente à realização de segundo turno nas cidades com 200.000 eleitores ou mais.

No entanto, como é sabido, a conversa muda de tom quando o assunto migra de considerações de ordem administrativa para aquelas relativas aos efeitos políticos produzidos por São Paulo (SP) ou por Flor do Sertão (SC). As informações apresentadas na primeira seção deste artigo apontaram a

20 Fonte: IBGE, 2008.

recorrência e o aumento do percentual de coligações entre PT e PSDB nos pequenos municípios nas últimas eleições. Mostraram, ademais, que tal aliança é escassa no âmbito dos estados e das cidades de maior porte e nunca ocorreu no plano nacional. A pergunta que fica é: por quê?

Examinada a dinâmica da competição eleitoral para presidente, no país, no período compreendido entre 1994 e 2006, pode-se afirmar que PT e PSDB se tornaram os principais adversários da política brasileira. No entanto, as pesquisas que tratam do posicionamento ideológico dos partidos em um espectro unidimensional convergem para a mesma constatação: de acordo com os especialistas e, ademais, segundo os próprios legisladores, PT e PSDB ocupam posições contíguas no espectro ideológico.

Análises como as de Meneguello (1998), Melo (2004) e Santos (2005) mostram como os dois partidos têm muito mais proximidade entre si do que com os seus aliados mais recorrentes: o DEM (ex-PFL), no caso do PSDB e o PRB (ex-PL), no caso do PT. Essa tendência também se verifica nos *surveys* desenvolvidos junto a deputados federais (2005) e a deputados estaduais de 12 unidades da Federação (2007-2008).²¹ Os resultados de ambos apontam para uma convergência entre as classificações disponíveis. Melo e Nunes (2009) mostraram que, de acordo com os deputados federais, a distância ideológica entre PT e PSDB é menor do que a existente entre o PT e o partido do vice-presidente, o PRB, e entre o PSDB e o DEM (ex-PFL). Na mesma direção apontam as percepções expressas pelos deputados estaduais (Castro, Anastasia e Nunes, 2009). Ao não se coligarem para disputar as eleições presidenciais, PT e PSDB têm, recorrentemente, escolhido parceiros que ocupam posições mais distantes do ponto de vista ideológico do que a que os separa um do outro o que, obviamente, aumenta os custos das transações envolvidas na celebração das alianças.²²

21 Refere-se aqui às pesquisas conduzidas pelo Centro de Estudos Legislativos da UFMG em parceria com o Instituto Ibero-americano da Universidade de Salamanca a respeito das elites parlamentares nacionais e subnacionais. A pesquisa "Trajetórias, perfis e padrões de interação das elites estaduais brasileiras" foi realizada entre os meses de setembro de 2007 e fevereiro de 2008. Foi aplicado um *survey* com o objetivo de coletar informações a respeito dos deputados daquelas Casas Legislativas. Dos 624 deputados que constituíam o universo de análise, 513 responderam o questionário. Já a pesquisa com os deputados federais foi realizada em 2005 e contou com a participação de 134 entrevistados, amostra estratificada por partidos correspondente a 26% dos 513 legisladores. Mais informações sobre as pesquisas no site www.ufmg.br/cel-dcp.

22 Sobre o tema ver Cheibub, Przeworski e Saiegh (2004).

Para utilizar os termos de Pizzorno (1975), as variações observadas na configuração dos *sistemas de solidariedade e de interesse* com vistas às disputas eleitorais no Brasil e, ademais, as diferentes posições ocupadas no seu interior pelo PT e pelo PSDB podem ser explicadas por meio do recurso ao conceito de *jogos em múltiplas arenas*, de Tsebelis:

(...) *jogos em múltiplas arenas são jogos com 'payoffs' variados; o jogo é jogado na arena principal, e as variações de recompensas nesta arena são determinadas por eventos que ocorrem em outra ou em outras arenas. A natureza do jogo final muda, dependendo da magnitude dessas recompensas, se os atores podem ou não comunicar-se uns com os outros, e se o jogo é ou não repetido no tempo.* (Tsebelis, 1990:10)

O argumento que se quer defender, aqui, é que a dinâmica e os resultados da competição política em alguns dos municípios brasileiros, no contexto das eleições municipais, configuram *fatores contextuais* para a organização da competição em outras arenas, escolhidas por alguns atores como arenas principais do jogo eleitoral. Dessa forma, as eleições municipais, em algumas capitais e cidades de grande porte, estão *aninhadas* com as eleições para governadores e para presidente.

As especificidades que recobrem as trajetórias políticas no Brasil²³ (Leoni, Pereira e Rennó, 2004; Samuels, 2000 e 2003; Marengo e Serna, 2007) somadas à posição *pivotal* ocupada por vereadores e prefeitos, atuando como cabos eleitorais de candidaturas apresentadas no âmbito estadual e federal (com a colaboração do calendário eleitoral brasileiro), são fatores que contribuem para a explicação do caráter *aninhado* conferido à competição eleitoral no Brasil.²⁴ Como o distrito eleitoral das competições para os cargos

23 Diferentemente do que ocorre nos EUA, onde se verifica a predominância do que a literatura especializada denominou de *ambição estática* (legisladores concorrem para os mesmos cargos recorrentemente), no Brasil verifica-se a presença acentuada de um padrão distinto de trajetória política, a *ambição dinâmica*: os cálculos e as estratégias dos políticos profissionais informam escolhas diversificadas de carreiras políticas, que mesclam cargos eletivos e não eletivos e combinam candidaturas para cargos no Poder Legislativo (vereador, deputado estadual e federal, senador) e no Poder Executivo (prefeito, governador, presidente).

24 Resultados de pesquisas recentes mostram que a atuação dos parlamentares estaduais está intrinsecamente ligada ao tipo de base e ao tipo de apoiadores consistentes que eles têm. Tal informação é evidência suficiente do argumento que se apresenta aqui. Para mais informações ver Castro, Anastasia e Nunes (2009).

legislativos (deputado estadual, federal e senador) e para governador é o estado da Federação, há uma interdependência considerável entre os atores que operam dentro da mesma circunscrição eleitoral. Isto é, se de um lado os representantes que atuam em esferas subnacionais dependem dos políticos que jogam no plano nacional para buscar recursos para suas bases, de outro, os deputados federais e senadores precisam dos prefeitos e vereadores como aliados para as próximas eleições. Esse jogo que conecta os atores no tempo e no espaço faz com que a 'costura' de apoio para as eleições nacionais subsequentes se inicie na eleição municipal anterior.

Nas palavras do deputado Márcio França (SP), líder do PSB na Câmara: "Quem entende de política sabe que é no município que está fincada a base da disputa para os governos estaduais e para a Presidência da República".

É nessa intrincada rede de *jogos aninhados* que podem ser analisadas as escolhas feitas pelo PT e pelo PSDB, em diferentes contextos e em diferentes momentos. Vale comparar, por exemplo, as estratégias cooperativas e/ou competitivas do PT e do PSDB, em 2008, em diferentes cidades. E, ademais, cabe examinar suas repercussões entre diferentes lideranças regionais dos dois partidos.

As razões que informaram as decisões do Diretório Nacional do PT, em 2008, relativamente à política aliancionista do partido, são transparentes e frequentaram, à época, as manchetes dos principais jornais do país. Em 24 de março, por exemplo, foi publicado na Folha de São Paulo:

"O diretório nacional do PT decidiu hoje impor regras mais duras para as coligações do partido com legendas que não integram a base aliada do governo federal. De olho nas eleições de 2010, o diretório decidiu que a executiva nacional do PT terá que decidir sobre alianças com legendas de oposição em capitais ou nos municípios com mais de 200 mil habitantes, onde houver segundo turno e transmissão de campanhas eleitorais na TV." (Folha online)

Cabe assinalar que a menção ao eixo governo-oposição, distinção que PT e PSDB carregam desde 1994, é reforçada mais uma vez nesse momento. O deputado federal por São Paulo e secretário-geral do PT, José Eduardo Cardozo, foi enfático em suas declarações:

"Quando for feita uma aliança com partidos de fora da base governo Lula, a questão tem de ser aprovada em três instâncias: nos diretórios municipais e nas

comissões executivas estadual e nacional. (...) Alianças que descaracterizem a eleição de 2010 jamais devem ser permitidas. (...) As eleições municipais deste ano têm que estar voltadas para acumular força política para 2010. Temos adversários antagônicos, partidos que não se colocam na nossa relação direta. [As alianças] têm que ser decididas caso a caso (Folha online, 24 de março de 2008). *E ainda: tudo o que o PT não quer são alianças que possam ferir nosso plano estratégico para 2010."* (Correio Braziliense, 25 de março de 2008)

A referência óbvia era aos movimentos de aproximação entre PT e PSDB ensaiados nas Minas Gerais de Aécio Neves e Fernando Pimentel. Para o Diretório Nacional do PT, os resultados da disputa eleitoral em cidades como Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, para citar algumas, afetariam as chances do partido na disputa a ser travada na arena principal do jogo: a eleição presidencial de 2010.

No entanto, outros atores fazem suas escolhas a partir de perspectivas diferentes, a depender de qual arena escolhem como sendo a principal. Expressiva disso é a afirmação do governador do Piauí, Wellington Dias (PT):

"Defendo que a análise seja feita caso a caso e que não se fechem as portas. Há divergências entre PT e PSDB, mas há também com partidos que compõem a base aliada. Esse engessamento só prejudica a estratégia de eleger um prefeito." (Correio Braziliense, 25 de março de 2008)

Ou a declaração de Jaques Wagner (PT), governador da Bahia: "O PSDB não é meu adversário (na Bahia) e faz parte da base do meu governo; o meu adversário é o DEM" (Tribuna da Imprensa, 25 de março de 2008).

Na Bahia, onde a aliança PT-PSDB ajudou a eleger 34 prefeitos em 2004, petistas e tucanos têm uma explicação história para o bom resultado da parceria:

"O PSDB sempre compôs com a gente a bancada de oposição ao 'carlismo'", conta a petista Moema Gramacho, prefeita de Lauro de Freitas, referindo-se às sucessivas administrações do senador Antonio Carlos Magalhães e seus aliados políticos no estado." (Globo.com, 27 de março de 2008)

Outro ângulo de observação do caráter *aninhado* das eleições brasileiras é o longitudinal. Com o processo de estabilização da democracia observado

no Brasil a partir da Constituição de 1988, é natural esperar que se estabeleça, também, o sistema partidário do país, produzindo a consequente acomodação dos partidos no eixo esquerda/direita e informando a composição de alianças que se transformarão em governos ou em oposições, a depender da vontade dos cidadãos. Tomando-se exclusivamente como empiria as eleições municipais realizadas no período 2000-2008 e, particularmente, o comportamento do PT e do PSDB nesse período, buscar-se-á entender se são observados, ao longo do tempo, padrões de interação que podem ser descritos como estáveis.

Para tanto, é preciso identificar, primeiro, quais são as situações logicamente plausíveis em termos de ações e resultados das interações entre esses dois partidos. As opções identificadas são as seguintes:

- 1) os partidos não se coligaram nenhuma vez,
- 2) os partidos se coligaram apenas uma vez,
- 3) os partidos se coligaram duas vezes em eleições não-consecutivas,
- 4) os partidos se coligaram duas vezes em eleições consecutivas ou
- 5) os partidos se coligaram nas três eleições.

Para saber se, de fato, há variação no padrão das coligações entre PT e PSDB nos municípios, cada coligação eleitoral municipal entre 2000 e 2008 foi classificada segundo as possibilidades já apresentadas.²⁵

Tabela 3. Dinâmica das coligações entre PT e PSDB, eleições para prefeitos, 2000-2008

	%
Nenhuma	65,0
Uma vez	27,2
Duas vezes / não-consecutivas	1,1
Duas vezes / consecutivas	5,9
Três vezes	0,8
Total	5563*

*Para calcular o número e tipo de coligação no período utilizou-se como referência o número de municípios existentes no Brasil em 2008.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE, 2009.

25 Agradecemos ao pesquisador Humberto Dantas que nos forneceu o banco de dados das eleições majoritárias municipais de 2008.

Como se pode constatar, na maioria absoluta dos municípios não há alianças entre os dois partidos, mas, em 35% das cidades brasileiras, os dois partidos estiveram coligados pelo menos uma vez desde 2000. A questão que surge, então, é saber se a dinâmica das coligações estabelecidas (frequência e se celebradas em eleições consecutivas ou não) se relaciona com a realização de alianças, vitoriosas ou não, nas eleições anteriores.

Será que decisões associadas a resultados positivos no passado ampliam as chances de manutenção da estratégia eleitoral dos dois partidos? A expectativa é de que 1) vitórias dessa aliança favoreçam associações consecutivas e 2) derrotas da aliança ampliem as chances de não associação ou de associação não-consecutiva. O primeiro desafio será saber se a vitória da coligação na eleição passada interfere na realização de uma aliança na eleição subsequente.

Tabela 4. Percentual de coligações eleitorais entre PT e PSDB, 2000-2004

	Não houve aliança 2000	Aliança derrotada 2000	Aliança vitoriosa 2000	Total
Não houve aliança em 2004	84,8	71,3	72,7	83,0 (4648)
Houve aliança em 2004	15,2	28,7	27,3	17,0 (903)
Total	(5097) 100	(209) 100	(245) 100	(5551) 100

* Informações de 11 municípios são perdidas ao se fazer esse cruzamento. Duas são as razões que justificam as perdas: (1) municípios que não existiam em 2000 e passaram a existir em 2004; e (2) municípios sobre os quais o TSE não tem informação em 2000, como os casos de Altamira do Maranhão (MA), Brejo de Areia (MA), Humberto de Campos (MA) e Itapaci (GO). -25 = 49,9 (sig=0,000). Fonte: TSE, 2009.

Tabela 5. Coligações eleitorais entre PT e PSDB, 2004-2008

	Não houve aliança 2004	Aliança derrotada 2004	Aliança vitoriosa 2004	Total
Não houve aliança em 2008	83,4	71,6	65,0	80,9 (4494)
Houve aliança em 2008	16,6	28,4	35,0	19,1 (1063)
Total	(4650) 100	(415) 100	(492) 100	(5557) 100

* Informações de 8 municípios são perdidas ao se fazer esse cruzamento. As razões são (1) municípios que não existiam em 2004 e passaram a existir em 2008; e (2) municípios sobre os quais o TSE não tem informação em 2008, como é o caso de Piranatinga (MT). -2 = 121,8 (sig=0,000) Fonte: TSE, 2009.

Os dados apresentados nas Tabelas 4 e 5 revelam que as alianças eleitorais no tempo 1 (T1) favorecem a cooperação entre os partidos no tempo 2 (T2) e permitem afirmar que a propensão a reiterar tal padrão entre PT e PSDB aumenta com a existência de interações anteriores entre ambos e, especialmente, se estas são vitoriosas.

Outro ponto a ser destacado refere-se ao aumento linear das associações. Entre 2004 e 2008, esse padrão é claro. Dos municípios que não tiveram coligação entre PT e PSDB em 2004, 16,6% observaram tal coligação em 2008. Dos municípios que tiveram essa aliança derrotada, 28,4% tiveram aliança em 2008, e dos municípios que contaram com essa aliança vitoriosa em 2004, 35,0% contaram com essa coligação em 2008.

Embora os resultados apontem a associação esperada, um aspecto merece ser mais bem explorado. Como as Tabelas 2 e 3 mostram, além do crescimento no número de coligações entre PT e PSDB, no período 2000-2008, chama atenção o fato de que a proporção de alianças na eleição subsequente aumenta entre 2000-2004 e 2004-2008, quando a aliança na eleição anterior é vitoriosa. Entre 2000 e 2004 a proporção de alianças entre PT e PSDB, dentre as alianças vitoriosas em 2000, é de 27,3%. Entre 2004 e 2008 esse percentual chega a 35,0%.

Se coligações vitoriosas na eleição anterior tendem a gerar coligações entre PT e PSDB nas eleições subsequentes, será possível observar uma associação entre vitória na eleição passada e vitória na eleição que se segue? As Tabelas 6 e 7, abaixo, apresentam os resultados para as coligações observadas em todos os municípios brasileiros.

Tabela 6. Coligações eleitorais entre PT e PSDB, 2000-2004

	Não houve aliança 2000	Aliança derrotada 2000	Aliança vitoriosa 2000	Total
Não houve aliança em 2004	84,8	71,3	72,7	83,7 (4648)
Aliança derrotada em 2004	7,1	12,4	11,4	7,5 (414)
Aliança vitoriosa em 2004	8,2	16,3	15,9	8,8 (489)
Total	(5097) 100	(209) 100	(245) 100	(5551) 100

* Informações de 11 municípios são perdidas ao se fazer esse cruzamento. As razões são as mesmas apresentadas na Tabela 4. $\chi^2 = 50,9$ (sig=0,000) Fonte: TSE, 2009.

Tabela 7. Coligações eleitorais entre PT e PSDB, 2004-2008

	Não houve aliança 2004	Aliança derrotada 2004	Aliança vitoriosa 2004	Total
Não houve aliança em 2008	83,4	71,6	65,0	80,9 (4494)
Aliança derrotada em 2008	6,0	12,8	9,1	6,8 (379)
Aliança vitoriosa em 2008	10,6	15,7	25,8	12,3 (684)
Total	(4650) 100	(415) 100	(492) 100	(5557) 100

* Informações de 8 municípios são perdidas ao se fazer esse cruzamento. As razões são as mesmas apresentadas na Tabela 5. $\chi^2 = 140,8$ (sig=0,000) Fonte: TSE, 2009.

Os resultados encontrados são muito semelhantes aos anteriores, sobretudo para as eleições de 2004 e 2008. O percentual de municípios que celebra coligações vitoriosas consecutivas é maior do que o percentual de municípios que assiste a coligações entre PT e PSDB que venceram na eleição no tempo 1 e perderam no tempo 2. É evidente que se faria necessário controlar o efeito que as candidaturas à reeleição têm sobre esse processo, mas, mesmo sem esse controle, é possível argumentar que as vitórias do passado tendem a trazer vitórias no futuro.

Esses achados são importantes porque mostram claramente a ocorrência de padrões cooperativos reiterados entre PT e PSDB, em alguns municípios, em contraste nítido com a dinâmica competitiva estabelecida entre os dois partidos, ao longo do tempo, nos planos estadual e nacional. Tanto os resultados das Tabelas 2 e 3 quanto os das Tabelas 4 e 5 evidenciam que as eleições não são jogos de um único *round* e que se observam, ao longo do tempo, alianças recorrentes entre os dois partidos, mas apenas em municípios inexpressivos para o jogo eleitoral nacional. O *aninhamento* dos jogos se observa, portanto, não só no espaço, mas, também, no tempo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tratou das estratégias eleitorais de dois atores pivotais da política brasileira, PT e PSDB, nas eleições majoritárias. Com vistas a explicar as variações no comportamento desses atores, buscou-se mostrar como a combinação de variáveis institucionais com variáveis políticas afeta a distribuição de preferências e de recursos entre eles e a determinação dos resultados do jogo político.

Como se argumentou, as escolhas dos atores relativamente aos seus aliados ou adversários na arena eleitoral sofrem o impacto de variáveis institucionais – o presidencialismo de coalizão; a organização federativa brasileira; o multipartidarismo e suas expressões subnacionais; o calendário eleitoral – e de variáveis políticas – a dinâmica da competição nos diferentes níveis da Federação e ao longo do tempo; o caráter *aninhado* das eleições majoritárias brasileiras.

Em 2010 o Brasil assistirá à primeira competição para a Presidência da República, na nova democracia brasileira pós-1988, que não terá Luiz Inácio Lula da Silva como candidato e que não contará, à diferença do ocorrido em 2002 e 2006, com nenhum tipo de regulamentação que obrigue os partidos a se alinhar nas eleições de forma coordenada nos estados e no plano nacional. Esse cenário certamente contribuirá para o aumento do grau de incerteza quanto aos resultados que é inerente a toda competição democrática (Przeworski, 1994). O jogo das eleições municipais de 2008, as escolhas dos atores e suas estratégias tornam-se mais compreensíveis quando considerados como *fatores contextuais* da disputa travada na arena principal do jogo: a eleição presidencial.

- Fatima Anastasia | Doutora em Ciência Política – IUPERJ (Pós-doutorado: NYU). Professora da PUC Minas / Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Pesquisadora do Centro de Estudos Legislativos do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (CEL-DCP-UFMG). Professora aposentada e voluntária do DCP-UFMG. E-mail: fatima.anastasia@gmail.com
- Felipe Nunes | Bolsista CAPES/Fulbright, doutorando em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Tem feito pesquisa sobre instituições políticas democráticas na América Latina, com foco em governos de coalizão e legislativos subnacionais. E-mail: felipnunes@gmail.com
- João Francisco Meira | Doutorando em Ciência Política, DCP – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretor do Instituto Vox Populi. E-mail: jfmeira@voxpopuli.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.
- AMORIM NETO, Octavio. “Algumas consequências políticas de Lula: novos padrões de formação e recrutamento ministerial, controle de agenda e produção legislativa”. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy. *Instituições representativas no Brasil*. Balanço e reforma. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- ANASTASIA, Fátima e INÁCIO, Magna. Notas sobre coalizões políticas e democracia. In: MESSEMBERG, Débora... [et al]. *Estudos Legislativos*. Pensamento e Ação Política. Brasília, Câmara dos Deputados, 2008.
- ANASTASIA, Fátima e NUNES, Felipe. A reforma da representação. In: ANASTASIA, Fátima e AVRITZER, Leonardo (Orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- ANASTASIA, Fátima. Federação e relações intergovernamentais. In: AVELAR, Lucia e CINTRA, Antonio Otavio (Orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo: Fundação UNESP, 2004.
- ANDRADE, Régis de Castro. *Processo de Governo no município e no estado*. São Paulo: Edusp, 1998.
- CASTRO, Monica Mata Machado, ANASTASIA, Fátima e NUNES, Felipe. *Determinantes do comportamento particularista de Legisladores estaduais brasileiros*. (no prelo), 2009.
- CASTRO, Monica e NUNES, Felipe. Corrupção e Accountability: Uma análise das eleições nacionais brasileiras de 2006. In: 21ST WORLD MEETING INTERNATIONAL POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, Santiago, 2009.
- CHEIBUB, José Antonio, PRZEWORSKI, Adam e SAIEGH, Sebastian. Government Coalitions and Legislative Success Under Parliamentarism and Presidentialism. *British Journal of Political Science*, vol. 34, pp. 565-587, 2004.
- DAHL, Robert. *Um prefácio a teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- DINIZ, Eli. A Transição Política no Brasil: Uma Reavaliação da Dinâmica da Abertura. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 28, n. 3, 1985.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- GIAMBIAGI, Fábio. *Economia brasileira contemporânea (1945/2004)*. Editora Campus, 2005.
- INACIO, Magna. *Presidencialismo de Coalizão e Sucesso Presidencial na esfera Legislativa 1990-2004*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, 2006.

- KREHBIEL, Keith. *Pivotal Politics: a Theory of U.S. Lawmaking*. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNO, Lúcio. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. *Journal of Latin American Studies* 36: 109-130, 2004.
- MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 64, June, 2007.
- MARTINS, Carlos Estevão e CRUZ, Sebastião Velasco. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. In: SOUZA, Maria Hermínia Tavares e SORJ, Bernardo. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MELO, C. Ranulfo e ANASTASIA, Fátima. A Reforma da Previdência em dois tempos. *Dados*, vol 42, n. 2, 2004.
- MELO, Carlos Ranulfo e NUNES, Felipe. Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Lula. In: INÁCIO, Magna; RENNO, Lucio. *Legislativo Brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- MELO, Carlos Ranulfo. *Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- MENEGUELLO, R. . Partidos e Governos No Brasil Contemporâneo (1985-1997). 01. ed. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1998.
- MENEGUELLO, R. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- NUNES, Felipe e SILAME, Thiago. Contradições do Presidencialismo de Coalizão: uma leitura do primeiro biênio do governo Lula. *Revista Três Pontos*, vol.5, n. 2, 2006.
- PEREIRA, Carlos e RENNO, Lúcio. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001.
- _____. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 27, n 4, 2007.
- PIZZORNO, Alessandro. *Introducion al estudio de la participacion politica*. SIAP, Buenos Aires, 1975.
- PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RENNO, L. R. Escândalos e Voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública* (UNICAMP), v. 13, p. 260-282, 2007.
- RENNO, L. R. Rewarding the Corrupt? Reelection and Scandal Involvement in the Brazilian 2006 Legislative Election. *Colombia Internacional*, v. 68, p. 98-107, 2008.
- SAMUELS, David. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. *Comparative Legislative Research Center*, 2000.
- _____. *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- SANTANA, Luciana; PAIVA, Daniela; LIMA, Shenia Kellen. Strategies and Policies and Profile of the Coalitions in Brazil, 1994-2006. In: 21ST WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE IN SANTIAGO. July, 2009.
- SANTOS, F. G. M. Instituições democráticas e reforma política no Governo Lula. *Política Internacional* (Lisboa), v. 29, p. 159-176, 2005.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 283-310, 1985.
- SHUGART, Mathew e CAREY, John. *Presidents and assemblies: constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SOMARRIBA, Valentina Gomes. *Estabilidade Política, Competitividade Eleitoral e Alternância Ideológica do Poder: Uma Análise Comparada de Processos Eleitorais no Brasil*. (Tese de Doutorado), Doutorado em Sociologia e Política, UFMG, 2005.
- TSEBELIS, George. *Nested games*. Berkeley: University of California Press, 1990.